



GT 057. Processos e dinâmicas no ciberespaço: divergências, dissidências, usos e contra-usos em relação à experiência de si

Laura Graziela F. de F. Gomes (Universidade Federal Fluminense) - Coordenador/a, Eliane Tânia Martins de Freitas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE) - Coordenador/a

Pretende-se reunir trabalhos que discutam dinâmicas que problematizem continuidades off/online, além das articulações entre público/privado/intimidade na rede, a fim de apreendermos modos de subjetivação que valorizem engajamentos mais exclusivos com o online. Mesmo reconhecendo os usos instrumentais off-line da rede, incluímos dinâmicas dissidentes/divergentes e práticas de usos/contra-usos que requerem mais reflexividade e experimentação com/na rede. Pensamos em questões de gênero/sexualidades dissidentes contemporâneas também como fenômenos práticos da cibercultura, resultantes de seus propiciamentos, não apenas na busca de se visibilizarem, mas também de modo a valorizarmos sistemas classificatórios nativos cujas categorias sugerem experimentações que não visam tanto o off-line. Outra questão relevante refere-se ao trabalho na rede e de que modo ele sinaliza desafios e propiciamentos quanto às alteridades e diversidades relativas aos entes humanos/não-humanos que podem conduzir a novos regimes de self. Também incluímos modos do fazer político, que se radicalizam pelos usos mais típicos e reflexivos de se lidar com a rede e a própria informação. Se empresas e corporações beneficiam-se dos rastros deixados por usuários, novas gerações deles vêm investindo em modos de socialização política propriamente digital, o que dá origem a fatos políticos novos, práticos daquele meio, bem como novas ferramentas e novas sociedades delas decorrentes.

Escrever cartas como ação política em tempos de internet: Brasil e Catalunha

Autoria: Isabel Siqueira Travancas, Elisenda Ardêvol

O objetivo desta comunicação é apresentar um projeto de pesquisa em andamento sobre o gênero epistolar em tempos de internet. Seu objeto são as campanhas para escrever cartas para presos políticos no Brasil - cartas para Lula - e na Catalunha, Espanha, - cartas para Jordi Cuixart e Jordi Sánchez -. Apesar das diferenças entre os dois países e os motivos pelos quais estão presos, em ambos os casos foram criadas campanhas estimulando a escritura de cartas para a prisão como uma ação política. Essas cartas - milhares, tanto no Brasil como na Catalunha - são escritas por pessoas comuns que querem expressar sua solidariedade aos presos. Também tem circulado cartas públicas escritas por celebridades, políticos e intelectuais que são divulgadas pelos meios de comunicação e reproduzidas e retuiteadas milhares de vezes nas redes. Por um lado, a privação da liberdade destes presos supõe também uma diminuição de sua liberdade de expressão, já que suas formas de comunicação com o exterior estão submetidas a um controle estrito. Eles não têm acesso à internet e a única via de comunicação direta é a correspondência, já que as visitas e as ligações telefônicas são limitadas. Este cenário reativou a escritura de cartas - quando se pensava que o gênero epistolar havia desaparecido ou tinha ficado obsoleto - e chamou a atenção para um grupo de presos que estão excluídos da comunicação digital. Por outro, a materialidade da carta tem um valor excepcional e sua força política é amplificada através dos meios digitais onde se compartilham as cartas enviadas, recebidas ou recusadas. Cartas íntimas e privadas circulam na internet assim como as cartas públicas e abertas e são uma resposta popular e massiva à situação destes políticos na prisão à espera de julgamento. Neste estudo examinaremos como se dá a combinação entre a digitalidade e a materialidade da correspondência e os seus efeitos na esfera política. Para isso partimos de um work de campo preliminar baseado nas mensagens nas redes sociais relacionadas com as cartas escritas, censuradas ou recebidas, assim como a participação em oficinas para escritura de cartas para os presos em Barcelona e entrevistas,



tanto no Brasil quanto na Catalunha. Esta primeira aproximação ao campo - acompanhamento online, observação participante e entrevistas - nos possibilita, a partir da noção de materialidade digital (PINK, ARDÉVOL & LANZENI, 2016), um contato com este fenômeno de imbricação do gênero epistolar (FOUCAULT: 1992; GOMES: 2004; KLINGER: 2012 e DIAZ: 2016) com novas formas comunicativas digitais (HORST & MILLER, 2013) e maneiras de ação política na rede (POSTILL & PINK, 2012).



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

